

## REQUERIMENTO

### TERMINAL DE CARGAS DA AEROGARE DAS LAJES

Os açorianos têm assistido a constrangimentos enormes no desenvolvimento económico da Terceira resultantes, quer de tomadas de decisões políticas, quer da falta de investimento em infraestruturas essenciais.

A construção de um novo terminal de cargas é considerada um projeto de elevada importância para a potenciação da economia da Ilha Terceira e dos Açores.

Considerando que o processo referente à construção de novas instalações de carga na aerogare das Lajes arrasta-se desde 2007, altura em que o Governo Regional anunciou a intenção de efetuar obras no valor de 6,5 milhões de euros.

Considerando que, a 24 de outubro do ano 2011, o Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro, anunciou a existência de um projeto de construção para o Terminal de Carga na Base das Lajes.

Considerando que nas declarações feitas à comunicação social, Vasco Cordeiro disse que esta seria “uma intervenção de grande importância para a ilha Terceira já que irá reforçar a capacidade de tratamento de mercadorias, com especial destaque para uma melhoria muito substancial nas condições de operação das empresas que se dedicam às exportações”.

Considerando que este mesmo projeto foi remetido à Força Aérea Portuguesa em junho desse mesmo ano e, desde então, aparece inscrito nos sucessivos Orçamentos da Região Autónoma dos Açores, sem qualquer verba executada até ao momento.

Considerando que a construção do Terminal de Cargas faz parte do Plano de Revitalização da Ilha Terceira apresentado pelo Governo Regional no ano 2015.

Considerando que, a 30 de março de 2016, cinco anos após as primeiras notícias tornadas públicas sobre esta infraestrutura, foi finalmente publicado em Jornal Oficial o concurso para o terminal de cargas, com preço base de 4,6 milhões de euros

e com 540 dias previstos para a sua execução, desde então nada mais se soube relativamente a este assunto.

Considerando as declarações dos secretários regionais com competência na matéria, nomeadamente Vítor Fraga na discussão do Plano e Orçamento do ano 2017, que afirmou que se iniciaria nesse ano a construção do novo Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes, projeto de vital importância para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e para o reforço da capacidade exportadora da ilha.

Considerando a apresentação da obra num terreno localizado a cerca de 400 metros das atuais instalações de carga da aerogare das Lajes, com dois edifícios: um com áreas de triagem e depósito temporário de mercadorias dos CTT, triagem e depósito temporário de mercadorias da exportação e da importação, atendimento geral ao público e postos diversos, como Alfândega, GNR e veterinário; e um segundo edifício destinado aos transitários e ao depósito temporário de mercadorias.

Considerando que o Governo Regional afirmou que já não existem questões burocráticas relativas aos terrenos para a construção das novas instalações de carga.

Considerando os consecutivos pareceres do Conselho de Ilha da Terceira no seu parecer da anteproposta de Plano Regional Anual, em que demonstra ser prioritário o arranque da construção do Terminal de Cargas na Aerogare das Lajes, permitindo o reforço da capacidade de exportação das empresas locais.

Considerando as declarações recentes do deputado à Assembleia República, Carlos César, proferidas a 2 de maio de 2018, sobre o processo de transferência do terreno para o Governo Regional dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os deputados signatários solicitam ao Governo Regional dos Açores, os seguintes esclarecimentos:

1. Em que ponto está o concurso aberto em março de 2016 para a execução da construção do Terminal de Cargas?
2. Quantas e que empresas concorreram ao concurso?
3. Pode o Governo Regional comprometer-se com uma data relativamente aos resultados deste mesmo concurso?
4. No plenário de abril de 2018, a senhora Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas referiu um valor de 2,2 milhões de euros. Sendo o valor da adjudicação do concurso inicial de 4,6 milhões de euros a que se refere o valor apresentado no plenário?

5. Se as questões burocráticas relativas aos terrenos só agora ficaram resolvidas pelo Governo da República, como afirmou o deputado Carlos César, como explica o Governo Regional a abertura do concurso em março de 2016?

Terceira, 04 de maio de 2018

Os deputados signatários

Íonica Seide

Luís Filipe

César

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <u>1561</u>	Proc. n.º <u>54.03.03</u>
Data: <u>08/05/07</u>	N.º <u>440.1 XI</u>